

Direito à informação

Acesso Aberto ao Conhecimento é tema de encontro da BVS Fiocruz e da Rede de Bibliotecas da Fundação

Danielle Monteiro



Como parte do 3º Fórum das Bibliotecas Virtuais em Saúde da Fiocruz e Encontro da Rede de Bibliotecas, promovido pelo Instituto de Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz), a Fundação realizou, em outubro, a palestra e mesa-redonda *Ciência aberta, direito autorial e Política de Acesso Aberto ao Conhecimento*. O evento foi iniciado com a apresentação sobre as bibliotecas e os direitos autorais, conduzida pelo professor do Instituto Três Rios da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (ITR/UFRRJ), Allan Rocha de Souza. Rocha reforçou que o Acesso Aberto produz uma série de efeitos sobre a pesquisa e o ensino, entre eles, a produção de conhecimento, a disseminação da produção em língua portuguesa e o suprimento de necessidades geradas por um robusto e qualificado conjunto de material científico de acesso digital, livre, acessível e legal. Ele atendeu ainda que as bibliotecas assumem diversas funções diante deste cenário. “As bibliotecas devem organizar e exemplificar as dificuldades enfrentadas pelas instituições no exercício de suas funções, obter apoio institucional dentro do espectro legal definido pela jurisprudência, exercer pressão sobre os poderes políticos para a efetivação das mudanças legais necessárias ao próprio exercício das atividades e promover ações judiciais, direta ou indireta, via órgãos representativos”, defendeu.

O vice-diretor de Informação e Comunicação do Icict/Fiocruz, Rodrigo Murtinho, que na ocasião falou sobre a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fiocruz, destacou que, apesar de existir no Brasil uma política governamental de acesso à informação, o país carece de uma legislação e política de Estado que garantam o livre acesso à produção científica. O que há, por enquanto, segundo ele, são iniciativas de universidades, centros, institutos de pesquisa e redes de cooperação nacionais que desenvolvem ações e projetos relacionados ao acesso aberto. “De uma forma geral, podemos

afirmar que ainda existe um déficit no reconhecimento, por parte do Estado, do direito à informação como um direito humano fundamental”, alertou.

Segundo o vice-diretor, o tema ganhou destaque na Fundação com a aprovação, em março desse ano, da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento. No entanto, esse novo cenário, de acordo com Murtinho, traz uma série de desafios para a Fundação, como a articulação de suas diversas instâncias para a consolidação da Política, o compartilhamento de seus diferentes acervos e a potencialização das atividades de ensino no campo da saúde. Ele adiantou que, para incrementar a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fiocruz, o Icict vai dar início a um projeto, contemplado no edital Jovem Cientista/Papes VII, para mapear o uso da literatura científica em seus cursos de pós-graduação, com o objetivo de recuperar e compartilhar obras com dificuldades de acesso e disponíveis em acesso aberto. “Nosso objetivo inicial é compreender como docentes e discentes vêm acessando e utilizando a literatura científica, sobretudo as obras disponíveis em acesso aberto, e mapear livros, teses e dissertações com dificuldade de acesso. A partir desse mapeamento, vamos recuperar, reeditar e compartilhar livros esgotados, teses e dissertações indisponíveis para acesso online, e reunir obras em acesso aberto dispersas na internet”, explicou.

Ciência Aberta

A palestra *Ciência Aberta em Questão*, ministrada pela pesquisadora e professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Sarita Albagli, abordou as consequências e os desafios do Acesso Aberto ao Conhecimento. A pesquisadora destacou que a ciência aberta traz uma série de vantagens, entre elas, aumento dos estoques de conhecimento público, maior produtividade científica e de inovação e ampliação do retorno social dos investimentos em C&T.

Segundo Sarita, as modalidades de ciência aberta se dividem em: acesso

aberto a publicações científicas, educação aberta, dados científicos abertos, ferramentas científicas abertas, ciência cidadã e cadernos científicos abertos. Ela destacou que o Acesso Aberto traz uma nova agenda de direitos e exige nova postura das bibliotecas, sendo necessário que elas atuem coletivamente para enfrentar as novas questões da comunicação científica, que explorem novos modos de compartilhamento da informação, envolvendo seus stakeholders, e que participem e intervenham no discurso político e na legislação.

Ainda segundo Sarita, é preciso também que as bibliotecas trabalhem juntas e de modo não hierárquico com comunidades de informação e aprendizado, que promovam não apenas o acesso e a proteção de ideias, mas também facilitem sua criação, compartilhamento e sustentabilidade e que sejam direcionadas não somente a comunidades acadêmicas mais próximas, mas também a comunidades difusas de conhecimento. “O Acesso Aberto traz novas missões, metas, estruturas organizacionais e de autoridade e formas de comunicação, além de novas agendas de pesquisa, o que demanda a documentação e a avaliação dos impactos desses esforços e o estudo de formas de governança, gestão e financiamento”, concluiu.



foto: Peter Elliciev